



———— FUNDAÇÃO ————
DIONÍSIO PINHEIRO
E ALICE CARDOSO PINHEIRO
———— 1969 ————

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2014



FUNDAÇÃO
DIONÍSIO PINHEIRO
E ALICE CARDOSO PINHEIRO
1969

Põe quanto És no Mínimo que Fazes

Para ser grande, sê inteiro: nada

Teu exagera ou exclui.

Sê todo em cada coisa. Põe quanto és

No mínimo que fazes.

Assim em cada lago a lua toda

Brilha, porque alta vive

Ricardo Reis, in "Odes"

Heterónimo de Fernando Pessoa



1. Prefácio

De acordo com o estatutariamente estabelecido, deve o Conselho de Administração submeter à apreciação da Assembleia Geral dos Amigos da Fundação, durante a segunda quinzena do mês de Novembro a proposta do plano de actividades e orçamento para vigorar no ano seguinte.

A execução responsável desta proposta deve, obrigatoriamente, obedecer a uma análise dos elementos contabilísticos, obtidos à data do exercício corrente e na projecção das estimativas orçamentais para o exercício do ano seguinte; assim este documento baseia-se em elementos sólidos e alicerçados numa dinâmica estrutural.

As rubricas, Rendimentos e Gastos, são basilares para a realização deste documento, mas teremos sempre presente o papel primordial desta Instituição enquanto Agente Cultural.

Não haverá certamente maior ambição do que a de perpetuar o nosso valioso património cultural (material e imaterial) e artístico. Assim, com plena consciência da nossa responsabilidade, para com as gerações passadas e futuras, encaramos a nossa missão.

Como afirmou Jean Monnet, se «*A Europa houvesse de ser reconstruída, eu começaria pela cultura e não pela economia*». O património cultural alimentou a educação, a formação, o espírito de iniciativa das gerações que nos precederam e sentimos a responsabilidade de transmitir este rico património às gerações futuras e de nos certificarmos de que será preservado, enriquecido e partilhado.

Sem exagero, podemos dizer que está em causa a preservação de um bem comum, pertença de toda a comunidade, por isso, procuraremos soluções que permitam designadamente:

- Proteger o valiosíssimo activo que representa a nossa cultura, o património de que somos guardiães e que nos incumbe transmitir;
- Torná-lo acessível ao maior número de pessoas sem distinções ou barreiras;
- Garantir que o património continue a ser um activo vivo ao longo do tempo e que seja partilhado o mais amplamente possível;
- Garantir que os criadores e todos aqueles que trabalham para produzir e divulgar os seus trabalhos possam usufruir do seu labor e que a criatividade possa florescer sem obstáculos;



- Não impor uma prática selectiva para a protecção e preservação. Que razões nos dariam o direito de estabelecer critérios de selecção para o que merece ou não merece ser protegido? Sentimos que não nos assiste o direito de estabelecer critérios de selecção;
- Garantir que o financiamento cumpre não só o princípio fundamental da acessibilidade para todos, mas também reflecte a realidade com que nos confrontamos actualmente, e, consequentemente, a necessidade de definir as possíveis directrizes para as parcerias;
- Potenciar as oportunidades comerciais, económicas ou de crescimento que a Instituição usufrui na sua sede;

É nosso propósito levar a cabo a nossa missão dentro do maior respeito pelas obras, pelos autores, pelos produtores/editores e pelo público. Procuraremos promover uma maior abertura de espírito para com todas as partes envolvidas e, acima de tudo, uma maior ambição para o nosso rico património.

2. Enquadramento

A actividade que a Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro tem vindo a desenvolver neste ano de 2013 é a continuidade do trabalho desenvolvido durante a sua existência, com rigor, a partir da inauguração da sua sede a 28 de Junho de 1985 e intensificado desde 01 de Abril de 2011. Uma filosofia assente na preservação, transmissão e valorização do património herdado que deve comunicar, aumentar, responsabilizar.

É neste contexto que o Plano de Actividades e Orçamento para 2014 apresentado e discutido em Assembleia Geral, prossegue, o mesmo rumo dos planos anteriores, tendo em atenção que urge a necessidade de modernizar tanto a “linguagem museológica” como o funcionamento institucional, para podermos alcançar o profissionalismo e dinâmica de uma Fundação sustentável, credível culturalmente e ao serviço da comunidade.

O Plano de Actividades e Orçamento para 2014 constitui um instrumento de gestão rigoroso que reflecte os condicionamentos da situação económica do país – cenário macroeconómico actual – mas que aponta caminhos internos de implementação de mecanismos sustentáveis a uma rentabilização, visando contrariar de alguma forma, o



condicionamento imposto por uma das maiores crises económicas e financeiras que vivemos actualmente. Assim, torna-se pertinente romper com o passado inactivo e abraçar um presente e um futuro de mudança e de dinâmica.

Em rigor, as receitas previsionais regularmente auferidas não têm permitido elaborar planos de acção que ultrapassem a persecução das actividades estritamente estatutárias. Excepcionalmente, tem-se acudido a situações de intervenção urgente – como foi o caso de 2011/2012 – devido tão-só à falta de manutenção preventiva quer nas áreas de manutenção e modernização de edifícios, quer na área de intervenção de restauro de colecções do acervo, não esquecendo também a falta de atenção aos imóveis rústicos ou rurais.

3. Objectivos

O Plano de Actividades da Fundação para o ano de 2014 visará a persecução dos seguintes fins:

- **Na Cultura** - organizar, promover e divulgar cultura diferenciada de forma a educar a comunidade para padrões elevados de cidadania consciente, com enfoque estético, participativo, altruísta e dinâmico;
- **Na Museologia** - democratizar e enaltecer o acervo artístico do nosso museu a públicos diferenciados com linguagens actuais, promovendo o conhecimento e dando exemplo de valores e de urbanidade;
- **Na Assistência** - apoio social através das Bolsas de Estudo e dos Prémios Escolares.

Atentos a estes objectivos centrais da nossa Instituição, elaborámos este Plano de Actividades para 2014, conscientes da realidade económica e financeira do país e do mundo, mas sem menosprezar a experiência de 2013 e a vontade de toda uma equipa de conquistar públicos e rendimentos essenciais para o bom rumo que perspectivamos, para cumprir os objectivos estatutários.



4. Acções Culturais

No âmbito do anteriormente referido, as actividades que nos propomos levar a efeito no ano 2014, serão em número essencial e à dimensão do que o orçamento nos possa permitir.

Assim, como ponto de partida, pensamos continuar a assinalar algumas datas que, de alguma forma, achamos cruciais e relevantes continuar a celebrar, designadamente:

- Dia Internacional dos Museus (18 de Maio);
- Dia Mundial da Criança (1 de Junho);
- Comemoração do Aniversário do Museu da Fundação;
- Homenagem aos Fundadores.

De igual forma, julgamos pertinente continuar a desenvolver e a promover acções que, pelas suas características e âmbito de abrangência, possam contribuir para o desenvolvimento cultural e científico quer a nível individual quer a nível colectivo.

5. Plano de Actividades

O Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro deve, pelo seu âmbito, assumir claramente as diferenças em relação aos museus nacionais e a outros núcleos museológicos específicos. Desta feita, o que aqui nos propomos é delinear uma proposta que abra caminho para que o nosso Museu se possa impor como um verdadeiro museu local com visibilidade transcomunitária, tendo em conta, por um lado a especificidade da região e, por outro, o espaço museológico construído.

Aos museus locais de arte ou de colecção deverá caber um papel duplo: retrospectivo e prospectivo. Retrospectivo, dentro da noção mais tradicional e elementar de museu – a salvaguarda e preservação dos elementos que constituem parte integrante da vida e da cultura dos fundadores e dos seus continuadores (perspectiva imaterial indispensável). Prospectivo, enquanto instituição viva e dinâmica, deverá ser o pólo potenciador e dinamizador da actividade cultural da comunidade. Deverá ser, assim, um Museu virado para o passado com os olhos postos no futuro. Mais, deverá no próprio presente, reactualizar o passado – condição fundamental para a construção de um futuro de progresso e qualidade. Só um progresso com memória – partindo dela – pode constituir-se como um progresso onde o homem seja mão, mas também razão.



Num concelho tão rico em massa humana e simultaneamente tão carenciado de espaços e realizações culturais, deverá caber ao Museu um papel fundamental na construção desse mesmo progresso.

Propomos, assim, como ideia orientadora geral para o Museu, o conceito de Multidisciplinaridade / Transdisciplinaridade e de Transculturalidade / Multiculturalidade. O Museu deve assumir-se como foco aglutinador de tudo o que sobre Águeda e de Águeda a tradição foi consolidando. O Museu será o cartão de apresentação do concelho. Às perguntas “o que foi?”, “o que é?”, “quem é?”, “que relação tem com Águeda?”, deve o Museu ser/ter a resposta. Ao conceito de multidisciplinaridade encontra-se subjacente a noção de abertura e de investigação constante.

Ponto de encontro de múltiplas manifestações culturais – de carácter local ou exterior – o Museu deverá ser ponto de encontro (de reencontro) das gentes do concelho com a sua própria terra.

Deverá não só conseguir chamar essas mesmas gentes, mas ir ao seu encontro – assumindo aqui preponderância a colaboração/intercâmbio com as Escolas, Associações, Sociedades Recreativas e outras instituições socioculturais do concelho.

6. Programa Científico

Objectivos Gerais:

- Investigar – Desenvolvendo o conhecimento artístico através da pesquisa sobre a história do património próprio e local;
- Conservar e documentar – Actuando na área da conservação e documentação do património museológico à nossa guarda;
- Comunicar e divulgar – Estabelecendo parcerias e/ou acordos com instituições socioculturais e com estabelecimentos de ensino locais, de forma a educar e sensibilizar no pressuposto de criar uma consciência patrimonial activa;
- Contribuir para o desenvolvimento local – Potenciando os recursos patrimoniais próprios e concelhios para, em estrita colaboração com as entidades intervenientes, participar na promoção e desenvolvimento das comunidades.

Objectivos específicos:

- Realizar e actualizar inventários;
- Promover a investigação em áreas temáticas locais, circunscritas geograficamente;
- Aquisição e manutenção de espólio material e documental de interesse museológico;



- Restauro e conservação do acervo museológico móvel;
- Apoio documental a trabalhos escolares.

7. Espaço Museológico e Serviços

7.1. Sala de exposição permanente

A exposição permanente é o ex-libris do Museu. Deverá consubstanciar um trabalho profundo, rigoroso e criativo em torno de um aspecto, acontecimento ou personalidade marcante da realidade cultural. Deverá ser o momento em que o conceito orientador do Museu, expresso na introdução deste documento, mais se aplicará. A multidisciplinaridade será aqui a intersecção de múltiplas disciplinas e pontos de vista para uma apreensão, tão rica quanto possível, sempre alicerçada num criterioso trabalho gráfico.

7.2. Sala Multiusos Ágora

A sala de acontecimentos temporários deve ser um dos pontos de atracção do Museu, possibilitando a rotatividade e a constante apresentação de projectos, sempre acompanhados de um criterioso trabalho gráfico.

A sua utilização deverá ser entendida segundo dois planos: o plano local, onde por um lado deverá consubstanciar o resultado do trabalho do Museu, no estudo, valorização e preservação da memória colectiva das gentes de Águeda; e o plano extralocal, onde deverá apresentar exposições que, não tendo directamente uma relação profunda com o concelho, sejam, pela sua qualidade e pertinência, foco potenciador de um ganho cognitivo, cultural ou estético.

Parte relevante do espaço museológico, pelo seu dinamismo intrínseco e pela abertura que possibilitam ao espaço exterior (jardim e bosque), os ateliers seguem de perto a ideia de plurifuncionalidade, devendo adequar-se, preferencialmente, à exposição permanente e, sempre que possível, às exposições temporárias. De forma articulada, deverão também, numa perspectiva de acção educativa, possibilitar a implementação de cursos vários (oficinas das mais variadas artes – museologia, conservação e restauro, pintura, escultura, fotografia, teatro, etc.).



7.3. Auditório Clarissimi Viri

O Auditório da Fundação terá como principal objectivo actividades de complementaridade aos temas expostos no Museu. Deste modo, constitui-se como um espaço polivalente, dado que possibilitará várias formas de abordagem, nomeadamente ao nível da projecção de filmes, realização de colóquios, conferências e outras palestras, bem como de actividades teatrais e musicais. Poderá ainda ser utilizado para acções de formação, workshops, etc.

7.4. Cafetaria e Jardins Quinta de São Pedro

Enquanto espaço aberto, o espaço ao ar livre possibilita variadíssimas formas de abordagem e dinamização, devendo qualquer proposta – exterior ao plano de trabalhos do sector do Museu – estar em articulação com o projecto do Museu e com o seu calendário de actividades. Este espaço reflecte ainda um património degustativo e tradicional que pode ser aproveitado por nós para rendimentos suplementares como espelham os números do corrente ano.

7.5. Espaço Bio Lúdico Terras do Pinheiro

Estes espaços já tratados mas ainda nada utilizados devem sofrer um revigoramento como apêndice para as actividades especialmente educativas e lúdicas.

7.6. Biblioteca da Fundação e Estudos Artísticos

Criar condições para que em termos de investigação a actividade do Museu se possa consubstanciar numa realidade museológica viva dado que “a função da investigação constitui a base de todas as actividades da instituição/museu, ela esclarece a sua política de conservação e de acção cultural. Se ela for deficiente, as outras funções ressentir-se-ão”. Investigar/conhecer é o ponto de partida, a primeira das funções do Museu. O Centro de Investigação será, neste sentido, o sector fundamental do Museu, dado que é da investigação, nas suas várias vertentes, que se constitui a raiz da própria actividade museológica.

Deverá este espaço servir como centro de investigação e documentação, devendo aglutinar toda a informação que resultar da investigação bem como todo o material ao nível de imagem, editorial, informático, som e filme que sobre o espólio artístico exista ou venha a produzir-se. Deverá ser o sector coordenador, em estreita ligação com a



investigação académica, de todo o trabalho editorial que o Museu venha a desenvolver. Caber-lhe-á, por outro lado, ser o mananciador, de novo em estreita ligação com os estágios desenvolvidos, de todo o material necessário à realização de exposições, assim como o necessário ao trabalho com as escolas ou investigações particulares.

A função deste espaço deverá ser, por fim, todo o trabalho de informatização dos dados, sejam provenientes dos inventários, sejam de todo o trabalho de investigação. A funcionar no primeiro andar do edifício sede está relacionado com os espaços na cave ou área técnica: reserva dos Acervos Técnicos; Gabinete de Conservação e Restauro; caixa-forte; Arquivo Documental; Gabinete de Limpeza; Arquivos.

7.7 Sector de Educação

O Sector de Educação assume-se como o eixo central por onde toda a actividade do Museu deverá passar. Será a partir da sua acção que a função de educação, animação e informação do Museu se deverá processar. Terá assim uma estreita relação com a Biblioteca e área técnica, bem como participará activamente na elaboração do plano de actividades do Museu. Deverá, em colaboração com as escolas, organizar um programa de visitas guiadas e de outras actividades (acções pedagógicas, colóquios, concertos, exposições temporárias, etc.) que ajudem a melhor fruir e entender as colecções do Museu.

7.8. Espaço Loja Projectos Memorium

As edições surgem como uma das formas de divulgação da investigação efectuada ao nível do Museu. Desta feita, editará o Museu uma colecção de livros/catálogos onde se destaca um duplo critério editorial, estando o primeiro vocacionado para a edição de estudos inéditos sobre determinada parte da Colecção museológica e o segundo para a divulgação de acervos. A sua periodicidade estará condicionada ao desenrolar da investigação.

Por outro lado, editará o Museu documentos promocionais das actividades culturais a desenvolver (cartazes, folhas de sala, actas, etc.). De periodicidade constante, tenderá a estabelecer, através de pequenos artigos, um diálogo com a memória e o património.

Os critérios de selecção editorial estarão ao cargo da direcção do Museu.



A publicação dos catálogos das exposições, temporárias e permanente, terá uma periodicidade regulada pela vigência das mesmas.

Toda esta dinâmica visa também uma alta rentabilização como prova os números do corrente ano. Uma prática enriquecida com produtos de promoção e divulgação das nossas colecções, produtos de degustação regionais e tradicionais, produtos editoriais externos preferencialmente regionais, arte, artesanato, e outros produtos que se considerem importantes para a dinâmica da Instituição como os que derivam ou nascem de projectos nossos ou apoiados por nós como por exemplo desenvolvimento de investigação académica de Bolseiros Científicos da Fundação.

8. Público-alvo

Como Museu de Colecção, e dentro da especificidade do concelho, tendo em conta a linha multidisciplinar e aberta que norteia este espaço, deverá, em termos de público, direccionar a sua actividade para todos os munícipes. Não obstante, e dado os objectivos gerais e específicos, deverão ser público-alvo privilegiado o escolar e a terceira idade.

Por outro lado, sendo pólo dinamizador de actividades culturais, o Museu deverá contribuir para o desenvolvimento cultural e turístico do Concelho, direccionando as suas actividades para o público, quer de âmbito distrital, nacional ou internacional.

Tal como este ano procuraremos diferenciar o público-alvo.

9. Assistência

Continuação da atribuição de Bolsas de Estudo – Académicas, por Mérito, Científica, Dr. Ferreira Soares – e dos Prémios Escolares para as Escolas Secundárias Marques de Castilho e Escola Secundária Adolfo Portela, de Águeda, mas salvaguardando que os valores das mesmas deverão estar de acordo com os rendimentos reais da Fundação.

No entanto, as bolsas serão atribuídas de forma gradual e regular atendendo às especificidades dos alunos e a um elo cada vez mais forte com a nossa instituição.

10 Apoios e mecenato

No ano 2014, teremos de continuar a apostar e a melhorar todos os contactos possíveis para apoios financeiros aos nossos projectos oferecendo contrapartidas dentro dos nossos estatutos e objectivos.

10.1 Institucionais

Dar continuidade e aprofundar as parcerias e apoios com a Câmara Municipal de Águeda e com a Junta de Freguesia de Águeda.

10.2 Empresariais

Estabelecer laços de mecenato com empresas e fundações para o apoio às publicações da Fundação e para as obras de implementação de novos espaços na sede, como a cafetaria, a loja e sala multiusos.

10.3 Particulares

Divulgar a Instituição e aumentar o número de visitantes, captando uma maior entrada de “Amigos da Fundação” e conquistar apoio para restauros urgentes em peças da colecção do Museu.

11. Pessoal

O quadro de pessoal afecto ao Museu, ficará restrito ao mínimo indispensável para o seu bom funcionamento e enriquecida com os estágios promovidos pela Escola Profissional de Aveiro e pelo Centro de Emprego.

Assim cumprimos, sem dúvida nenhuma, uma das obrigações das Fundações de acordo com a Lei-Quadro que as regula, que é a promoção ao emprego. Mas também formamos, na nossa área, pessoas com vários graus académicos e de várias áreas que aproveitaremos se a nossa situação económica e exigência no funcionamento o permitir e exigir.

12. Prédios Rústicos

Durante este ano decidimos ter uma atenção especial nos Eucaliptais que para além da sua salvaguarda nos permite uma exploração mais intensificada da sua madeira.



Assim, com o esforço feito no corrente exercício, iremos já em 2014 obter verbas adicionais de dinheiro que podem colmatar, por um lado a baixa das taxas de juro e por outro lado repor os investimentos na recuperação e melhoramento dos imóveis da Fundação.

13. Prédios Urbanos (Porto)

Apesar de ambos os prédios do Porto começarem a apresentar a fadiga do tempo, pensamos poder, por agora, colmatar as necessidades emergentes sem o recurso a avultadas intervenções.

Quanto à verba orçamentada para a trabalhadora da Limpeza/Cobradora, dos prédios do Porto, o valor manter-se-á igual ao do ano anterior.

14. Assessoria

O contrato celebrado com a empresa BlueFile, para a assessoria na área da gestão contabilística, do apoio jurídico e fiscal, bem como da gestão de condomínio dos prédios urbanos do Porto, sofre alteração por justiça que é reflectida no apoio incondicional, de um profissionalismo impar que nos tem prestado nos últimos anos com uma avença inalterável desde o início. Mas esta alteração também se deve porque o ano de 2013 e agora o espectável de 2014 nos irão exigir um outro desempenho quanto à contabilidade: de maior exigência.

15. Investimentos

A queda acentuada de rendimentos, provenientes das aplicações financeiras, têm vindo a ser uma realidade nos últimos anos a que temos de estar atentos. Insensato seria ignorar; mas mais insensato seria uma pacificidade na nossa acção no âmbito de contornarmos estas vicissitudes macroeconómicas.

Este momento de crise socioeconómica deve espelhar uma necessidade urgente de encontrarmos novos paradigmas sociais, culturais, económicos, e, enfim de Humanidade.

Este encontro só será possível olhando um quotidiano com desafio, com perseverança e com um optimismo cuidado.



FUNDAÇÃO
DIONÍSIO PINHEIRO
E ALICE CARDOSO PINHEIRO
1989

Esta é a posição do Conselho de Administração e dos seus colaboradores: observarmos e adoptarmos medidas que tornem possível a execução deste orçamento.

Mateus Augusto Araújo dos Anjos
O Conselho de Administração,

Mateus Augusto Araújo dos Anjos

Presidente

Ruben Silva Pinto

Ruben Silva Pinto

Secretário

Luís Filipe Cosme Arruda Martins

Luís Filipe Cosme Arruda Martins

Tesoureiro

Virgílio Campos Cardoso

Virgílio Campos Cardoso

Vogal

P'la Câmara Municipal de Águeda

P'la Câmara Municipal de Águeda

Vogal



Orçamento

ORÇAMENTO 2014

Mês Balancete Referência: Outubro/13

Código das Contas	Designação	ANO 2013		Orçamento ANO 2014	Reduções/Aumentos	% Variação
		Balancete outubro	Anualização			
91	Rendimentos	104.099,13	122.243,36	197.944,32	-75.700,96	-61,93
91.001	Rendas Edifícios Porto	51.563,00	59.200,00	63.536,00	-4.336,00	-7,32
91.002	Quotas dos amigos da Fundação	612,00	734,40	1.312,50	-578,10	-78,72
91.003	Rendimentos do museu	924,50	1.109,40	2.000,00	-890,60	-80,28
91.004	Rendimentos da sala multiusos	25,00	30,00	1.500,00	-1.470,00	-4900,00
91.005	Rendimentos de edições do Museu	146,50	175,80	8.900,00	-8.724,20	-4962,57
91.006	Rendimentos da cafeteria	1.298,10	1.557,72	3.750,00	-2.192,28	-140,74
91.007	Rendimentos da loja do museu	4.276,00	5.131,20	6.920,00	-1.788,80	-34,86
91.008	Rendimentos do gabinete de C&R	0,00	0,00	1.750,00	-1.750,00	
91.100	Rendimentos de depósitos e de outras aplicações	41.411,25	49.693,50	30.000,00	19.693,50	39,63
91.200	Donativos e Mecenato	0,00	0,00	1.500,00	-1.500,00	
91.300	Subsídios IEPF	3.842,78	4.611,34	11.775,82	-7.164,48	-155,37
91.400	Rendimentos Prédios Rústicos	0,00	0,00	65.000,00	-65.000,00	
92	Gastos	95.527,63	120.694,80	122.459,51	1.764,71	1,46
92.001	Gastos com pessoal	32.024,59	41.236,02	64.703,76	23.467,74	56,91
92.001.001	Remunerações	31.669,28	40.809,65	64.703,76	23.894,11	58,55
92.001.001.01	Conservador	18.732,68	22.252,00	26.349,40	4.097,40	18,41
92.001.001.04	Jardineiro	5.555,00	7.070,00	7.070,00	0,00	0,00
92.001.001.05	Trab. Limpeza - Casa Museu	3.265,02	4.151,00	3.570,00	-581,00	-14,00
92.001.001.06	Trab. Limpeza/Cobradora - Prédios Porto	2.700,00	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00
92.001.001.07	Estagiários	1.376,58	3.236,65	15.153,65	11.917,00	368,19
92.001.001.99	Outros prestadores de serviços	40,00	500,00	150,00	-350,00	-70,00
92.001.005	Encargos sobre remunerações	0,00	0,00	8.310,71	8.310,71	
92.001.006	Seguro de acidentes de trabalho	355,31	426,37	500,00	73,63	17,27
92.003	Manutenção dos prédios rústicos	6.715,01	8.058,01	1.100,00	-6.958,01	-86,35
92.003.001	Aduos e tratamentos	6.700,00	8.040,00	1.000,00	-7.040,00	
92.003.002	Despesas manutenção	15,01	18,01	100,00	81,99	455,19
92.004	Manutenção dos prédios urbanos	9.244,53	11.093,44	4.750,00	-6.343,44	-57,18
92.004.001	Obras de conservação e reparação	623,65	748,38	2.500,00	1.751,62	234,05
92.004.002	Conservação e manutenção do elevador	8.167,93	9.801,52	1.000,00	-8.801,52	-89,80
92.004.003	Água e eletricidade	343,22	411,86	500,00	88,14	21,40
92.004.004	Seguros Multiriscos	109,73	131,68	750,00	618,32	469,58



Código das Contas	Designação	ANO 2013		Orçamento ANO 2014	Reduções/Aumentos	% Variação
		Balancete setembro	Anualização			
92.005	Manutenção do Museu	26.598,93	31.918,72	19.540,00	-12.378,72	-38,78
92.005.001	Obras e reparações	7.925,58	9.510,70	2.500,00	-7.010,70	-73,71
92.005.002	Manutenção dos alarmes / segurança	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	
92.005.003	Conservação de parques e jardins	333,91	400,69	500,00	99,31	24,78
92.005.004	Água, eletricidade e aquecimento	1.931,31	2.317,57	2.300,00	-17,57	-0,76
92.005.005	Comunicações	964,21	1.157,05	1.150,00	-7,05	-0,61
92.005.006	Seguros	2.264,05	2.716,86	2.750,00	33,14	1,22
92.005.007	Assinaturas periódicos	0,00	0,00	300,00	300,00	
92.005.008	Livros e documentação técnica	533,32	639,98	640,00	0,02	0,00
92.005.009	Materiais de conservação e restauro	2.237,03	2.684,44	1.500,00	-1.184,44	-44,12
92.005.010	Biblioteca, fonoteca e cinemateca	1.195,24	1.434,29	750,00	-684,29	-47,71
92.005.011	Gastos com a cafetaria	1.835,29	2.202,35	1.900,00	-302,35	-13,73
92.005.012	Gastos com a loja do Museu	7.378,99	8.854,79	2.500,00	-6.354,79	-71,77
92.005.013	Expositores e decoração	0,00	0,00	1.250,00	1.250,00	
92.002	Gastos de serviços e fornecimentos	13.637,20	16.838,27	23.415,75	6.577,48	39,06
92.002.001	Material de escritório	1.141,06	1.369,27	750,00	-619,27	-45,23
92.002.002	Ferramentas e utensílios	371,16	445,39	500,00	54,61	12,26
92.002.003	Contabilidade e apoio à gestão	2.953,27	3.917,55	6.795,75	2.878,20	73,47
92.002.004	Correios	131,27	157,52	150,00	-7,52	-4,78
92.002.005	Deslocações e estadias	1.925,04	2.310,05	2.000,00	-310,05	-13,42
92.002.006	Combustíveis	58,04	69,65	120,00	50,35	72,29
92.002.007	Manutenção Página Internet	184,50	221,40	750,00	528,60	238,75
92.002.008	Limpeza higiene e conforto	1.108,18	1.329,82	500,00	-829,82	-62,40
92.002.009	Representação e ofertas	3.207,28	3.848,74	2.500,00	-1.348,74	-35,04
92.002.010	Publicidade	116,85	140,22	150,00	9,78	6,97
92.002.011	Despesas bancárias	1.538,05	1.845,66	1.500,00	-345,66	-18,73
92.002.012	Impostos	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
92.002.013	Audiovisuais	446,70	536,04	600,00	63,96	11,93
92.002.014	Gastos editoriais	455,80	546,96	3.000,00	2.453,04	448,49
92.002.015	Gastos com investigação e promoção editoriais	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	
92.002.016	Despesas legais	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	
92.006	Atividades culturais	2.552,37	3.062,84	3.500,00	437,16	14,27
92.007	Bolsas de educação e assistência	4.650,00	8.400,00	5.350,00	-3.050,00	-36,31
92.008	Despesas com Jazigo	105,00	126,00	100,00	-26,00	-20,63
99.001	Resultado Líquido (Rendim. - Gastos)	8.571,50	1.510,06	75.484,81	77.427,18	



Parecer do Conselho Fiscal

Analizados os documentos (Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2014) que nos foram apresentados pela Direção, verificou este Conselho Fiscal que os mesmos se encontram organizados sob a melhor técnica de execução, quer a nível descritivo quer a nível contabilístico.

Tendo sido efetuada uma exposição atenta e uma visualização minuciosa do Orçamento, e após as explicações fornecidas quer pela Direção, quanto ao Plano, quer pelo Técnico Oficial de Contas Dr. Henrique Marques, no que concerne ao Orçamento, concluiu este Conselho Fiscal tratar-se de documentos que apontam para a possibilidade da sua exequibilidade, atentas as metas que se propõe atingir e os recursos afetados.

Este Conselho Fiscal congratula-se com a forma inovadora, minuciosa, clara e transparente, como a Direção apresentou os documentos, onde plasma o Plano e Orçamento para o Ano de 2014.

Assim, decide este Conselho Fiscal dar o seu Parecer Favorável ao Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2014, propondo a sua aprovação.

Águeda, 21 de Novembro de 2013

O Conselho Fiscal,

Dr. José Dionísio Figueiredo Manahú

Eng.º José Armando Pires Roque

Sr. Olávio Rodrigues Sereno